



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11-09-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Boa tarde a todos.

Declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública ao PL 832/05, do Vereador José Américo, que dispõe sobre a criação de matéria extracurricular de limpeza e higiene urbana, nas Escolas Municipais da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

Está presente o Vereador Toninho Vespoli.

Há alguém inscrito para falar a respeito deste projeto?

A SRA. APARECIDA TEIXEIRA – Boa tarde. Sou Aparecida Teixeira, do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo.

O mérito é muito bom. Porém, criar matéria extracurricular só para tratar da limpeza e higiene urbana, queremos dizer que isso faz parte de um processo de vida da pessoa. Então, ela tem de saber cuidar da higiene na sua casa, na escola. As escolas já vêm trabalhando nessa perspectiva. Essa é uma educação, é uma questão de civilidade. As crianças que vivenciam esses projetos já corrigem até os adultos, uma criança de educação infantil, por exemplo, chama atenção quando alguém joga papel na rua e tudo mais. É lamentável que, às vezes é o adulto que faz isso. Vemos carros de último tipo circulando na rua e jogando lixo nas vias.

O que queremos é que esse papel continue sendo da escola em um tema transversal de currículo que já trabalham nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Há mais algum inscrito? (Pausa) Não havendo, declaro encerrada a audiência pública ao PL 832/05.

Declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública ao PL 563/06, do Vereador Mário Dias e da Vereadora Marta Costa, que dispõe sobre a inclusão de aulas sobre Organização Social Política Brasileira na rede de ensino municipal e dá outras providências.

Há alguém inscrito para falar a respeito deste projeto? Sra. Aparecida, do Sinesp.

A SRA. APARECIDA TEIXEIRA – Esta temática já está no currículo de geografia e

história. Os professores já trabalham esse tema, então, não há necessidade de incluir aula sobre organização social e política brasileira na rede de ensino, pois esse trabalho já é feito nesses componentes curriculares.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Queria reforçar o que a companheira do Sinesp falou.

Nos anos iniciais, o professor generalista já faz o trabalho de tratar sobre a organização social e política brasileira, desde como funciona o seu bairro até chegando a uma organização social como o Estado. Na Educação Fundamental 2, os professores de geografia e história já fazem isso no seu conteúdo. Então, vejo como desnecessário, uma duplicidade de funções já que isso já é efetuado.

O SR. FLOREAL – Boa tarde. Sou Floreal, da diretoria do Sinpeem. Como entidade, gostaríamos de nos posicionar a respeito deste projeto. Assim como o Vereador Toninho Vespoli afirmou, este componente sobre a organização social e política brasileira já faz parte do currículo e está inserida nas disciplinas. Criar uma disciplina específica para isso tem uma motivação política. Então, vamos tentar entender o que está por trás dessa motivação política de quem quer trazer de volta uma disciplina chamada OSPB da qual temos uma memória não muito distante e que temos divergência muito grande em relação a isso.

Portanto, sabendo que a discussão da organização social e política brasileira está inserida nas disciplinas, eu avançaria mais ainda, temos de discutir, na educação, o retorno da filosofia e da sociologia porque essas disciplinas farão, de fato, com que tanto no primeiro projeto analisado como neste termos condições de que as nossas crianças sejam organizadas, saibam o que significa a sociedade, saibam como se comportar na sociedade e como se manifestar de forma democrática na sociedade.

É por conta disso que temos divergências quanto a este projeto.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS - Boa tarde. Meu nome é Arnaldo

Ribeiro dos Santos e represento a Aprofem, Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo.

Faço minhas as palavras do colega que me antecedeu. O que está proposto as escolas já têm por diretrizes quer pela LDB e da Secretaria a condição de desenvolver transversalmente nas disciplinas o que está proposto. Se cada centro de interesse passar a constituir uma disciplina, vamos reduzir a uma colcha de retalhos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Está presente o Vereador Jean Madeira.

Há mais alguém inscrito? (Pausa) Não havendo, declaro encerrada a audiência pública ao PL 563/06.

Declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública ao PL 72/11, do Vereador Souza Santos, dispõe sobre a criação do Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

Há alguém inscrito?

A SRA. CIBELE – Boa tarde. Meu nome é Cibele, fonoaudióloga, representante do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região do Estado de São Paulo, uma autarquia federal criada pela Lei 6965, que regulamenta a profissão de fonoaudiólogo e venho apresentar as considerações da entidade referente a este PL após discussões ocorridas na nossa entidade, especialmente, na Comissão de Educação.

O primeiro aspecto que a Comissão e a entidade ressaltam é que diante das competências do Sistema Único de Saúde determinadas pela Lei 8080, a identificação e o tratamento não só da dislexia, mas de qualquer patologia compete à rede de saúde.

Outro entendimento é que a proposição é restritiva, uma vez que prioriza a dislexia e não contempla outra desordem que podem interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, prevê a realização de exame nos educandos. Porém, não esclarece que tipo de exame é esse e quem será o profissional que irá realizá-lo. O entendimento é que a dislexia é um distúrbio complexo que obrigatoriamente envolve um olhar para o aluno por meio

de uma equipe multidisciplinar. O questionamento é: que recursos a rede municipal de educação de São Paulo terá para garantir uma avaliação qualificada, fidedigna e que, sobretudo, traga contribuições para a aprendizagem.

Questionamos qual é o papel da rede de ensino em examinar e avaliar os comprometimentos não só da dislexia, mas de qualquer desordem que possa comprometer o processo de aprendizagem.

Outro aspecto que o projeto de lei prevê é que os professores devem ter uma capacitação permanente. Os professores devem ser capacitados permanentemente para realizar encaminhamentos eficazes, independentemente da patologia ou da dificuldade que seja observada. Para isso eles precisam conhecer aspectos que envolvem a aquisição de leitura e escrita, saber diferenciar erros de acertos que os educando podem apresentar que são típicos do processo e não são caracterizam como problemas.

O § único, do Art. 3º, deste PL, estabelece que “a equipe multidisciplinar responsável pelo diagnóstico deverá ter obrigatoriamente um(a) profissional das áreas de Psicologia, Fonoaudióloga e Psicopedagogia.” Mesmo contrária a este PL, chamamos a atenção que a nomenclatura correta seria da área de fonoaudiologia. Fonoaudiólogo é o profissional.

Por fim, Art. 4º, determina “o Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Municipal de ensino terá caráter preventivo e também proverá o tratamento do educando.”

Informamos que por lei, a resolução do Conselho Federal de Fonoaudiologia veda o direito de o fonoaudiólogo praticar qualquer atendimento clínico e diagnóstico dentro das escolas. Então, por essa resolução, o fonoaudiólogo não teria como fazer parte dessa equipe.

Diante dessas considerações, o Conselho de Fonoaudiologia manifesta-se contrário ao tramite deste projeto de lei.

Certos de que os prezados Vereadores presentes vão garantir esforços no sentido

dessas considerações serem apreciadas e colocamo-nos à disposição para discutir não somente este PL, mas também outros que esta Comissão venha debater sobre o assunto.

Muito obrigada.

A SRA. VERA TEIXEIRA – Boa tarde. Meu nome é Vera Teixeira, sou fonoaudióloga, professora da PUC, faço parte do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

Eu venho como fonoaudióloga e membro do Fórum também. Consideramos importante tudo o que está sendo dito pelo Conselho Regional e reafirmamos uma posição muito mais no sentido de estar junto aos educadores no sentido de compreender o que está acontecendo na escola em relação à aprendizagem, mas não no sentido de diagnosticar ou de tratar, mas de compreender e perceber o que é possível fazer na instituição escola. Os próprios professores, coordenadores, os gestores, a comunidade, a família, ou seja, existem possibilidades que se trata de uma responsabilidade coletiva sobre as questões que essas crianças possam vir a apresentar.

De certa forma entendemos que este conceito, esta patologia dislexia, para um grupo de fonoaudiólogos alinhados com esse Fórum, não existe uma patologia denominada dislexia. Compreendemos que possam existir algumas questões, mas que não devem ser agrupadas ou definidas como uma patologia ou doença, mas podemos entender a importância de melhores possibilidades educacionais e que se de atenção a cada criança e suas questões próprias.

Podemos lidar muito mais com as potencialidades do que com as dificuldades. Sempre que há dificuldades, também há potencialidades. Então, é a partir das potencialidades que temos de trabalhar muito mais do que nas dificuldades.

Muito obrigada.

A SRA. ARIADNE – Boa tarde. Sou Ariadne, sou psicóloga de Unidade Básica de Saúde. Este ano completo 25 anos de atendimento, inclusive queixas escolares. Fiz Saúde

Pública na Faculdade de Saúde Pública da USP e tenho formação em orientação de queixa escolar e também em psicologia escolar pela USP.

Sou mãe também e sou usuária do SUS, e cidadã. Então, falo de todos esses lugares.

Esta noite, preparei essa fala inspirada.

“Não queremos que nossas escolas sejam usadas como caminhos para a construção e produção de diagnósticos.

Queremos escolas que promovam a saúde e a formação integral do aluno; a construção de sua cidadania.

Queremos recursos para que os professores possam melhorar a qualidade na relação de ensino/aprendizagem com o seu educando, de modo que esse educando seja acolhido em sua singularidade, no direito de ser diferente, que não sejam rotulados, discriminados, segregados.

Defendemos que a criança tenha o direito de viver sua infância plenamente.

Queremos atenção às necessidades do educando, um ambiente escolar que seja favorável ao seu desenvolvimento e comprometido com a expansão de sua personalidade.

Queremos escola aberta às manifestações dos alunos em sua criatividade e potenciais. Escola que esteja atenta aos raciocínios inovadores dos alunos e não escola a serviço de culpabilizá-los em suas limitações.

Devemos oferecer recursos para os professores, para que ajudem o aluno a expandir as suas capacidades e não rotulá-los em suas dificuldades.

Queremos uma escola comprometida na abertura de novos horizontes para seus educandos e não escolas que encarcerem potenciais em diagnósticos.

Como promotores de políticas públicas, precisamos fortalecer as competências dos saberes educacionais, com formação continuada ao corpo docente para que não transforme reações infantis naturais, comportamentos infantis, dificuldades em ler e escrever pertencentes

propriamente ao processo de escolarização, também determinado pelo contexto educacional, em doenças.

Queremos que a criança tenha direito de viver sua infância plenamente.

Agora, se há, em escolas, classes de reforço essas devem ser disponibilizadas para que qualquer criança tenha o direito de frequentá-las, não precisando de um diagnóstico.

Somos contra qualquer forma de patologização da vida. A escola não pode ser transformada em polo facilitador de elaboração de diagnósticos e fonte de encaminhamento para especialistas da saúde, para a detecção de supostos transtornos. A escola tem de se debruçar em suas competências de fato”.

Não é a primeira vez que estamos aqui, na audiência pública, para nos conscientizarmos nesse equívoco no encaminhamento das atividades escolares.

Devemos fazer uma reflexão coletiva dessa escola tradicional, que tanto faz sofrer o professor e o aluno e que acaba angustiando as demandas dos pais.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Tenho a mesma preocupação, porque vivemos em um mundo em que todos os nossos problemas têm de ser medicados, até porque existe uma indústria que precisa vender seus medicamentos.

Como professor, tive muitos alunos que foram medicados, ora falando que eram hiperativos, ora disléxicos. Mas, no contato diário com eles, não percebia. Às vezes, o aluno estava muito além e achava tudo aquilo muito chato e a gente não conseguia dar condições para desenvolver as verdadeiras potencialidades deles. Essa é uma preocupação.

Outra preocupação. Nas audiências, vemos surgir várias preocupações e penso como é que podemos fazer com que todas essas preocupações sejam discutidas, mesmo apenas em um relatório de discussão.

As pessoas vêm, falam N posições. O projeto pode ir para minha relatoria, ou de

outro Vereador, e fica muito em cima de nosso mandato, de colocar nossos posicionamentos e, às vezes, não conseguimos usar essa gama de informações para a relatoria.

Então, não sei se a Casa, os técnicos, poderiam nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – V.Exa. pode pedir as notas taquigráficas, porque todos esses depoimentos estarão nelas. Poderá conversar com o autor do projeto.

Dependendo da polêmica que surja, pode até requerer uma audiência pública temática. Pode apresentar voto separado. Tudo isso é possível fazer. Voto contrário, respeitando o direito do Vereador de apresentar o projeto. Ele vai apresentar o projeto, o projeto vai tramitar, pode ser alterado de acordo com o convencimento e discussões. Também o projeto pode ser vetado, pode ser sancionado.

Agora, no que se refere à audiência, os projetos necessariamente têm de ter audiência.

O ideal era que o autor estivesse aqui. Todos foram convidados, inclusive o autor. Mas nada obsta que cada Vereador, a partir do momento em que assuma a relatoria desse projeto, e sabedor que ele passou pela audiência, pegar as notas e, se entender que deva aprofundar mais o debate e chamar o autor do projeto, para que ele tome conhecimento de tudo isso, é o processo legislativo.

O SR. TONINHO VESPOLI – No caso, então, seria até interessante que as entidades procurassem, então, o Vereador Souza Santos.

O SR. JASON – Sou Jason, fonoaudiólogo, mestrando em Educação e Saúde, pela Unifesp, faço parte da Executiva do Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade.

Na verdade, o que eu queria falar é que isso que você está sugerindo, já tem sido feito e já foi feito algumas vezes. Inclusive, produziu alguns materiais justamente sobre um seminário internacional feito nesta Casa, com relação a outro PL anterior, do Vereador Juscelino Gadelha. Foi feito um seminário junto com entidades que tinham posições contrárias

e favoráveis. Isso foi amplamente discutido.

Talvez, fosse até o caso de ter novamente. Acho importante que os debates sejam realizados continuamente, mas sempre entra um PL novo e o debate tem de ser feito todo novamente quando ele já foi feito, inclusive, dentro desta Casa – gravado, tem material em vídeo.

Talvez, seja importante que a Comissão retome esses materiais na análise desses projetos.

Era só um esclarecimento.

O SR. JEAN MADEIRA – Boa tarde a todas e a todos.

Esse projeto já passou pela Comissão de Saúde, ou ele vai passar ou não passa?

(Pausa) É a próxima.

Seria interessante, então, já que há essas divergências e opiniões, fazer então essa reunião temática com a presença do Vereador e sua equipe?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Basta V.Exa. requerer.

O SR. JEAN MADEIRA – Está requerido.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Não. Na Comissão. Faça o requerimento.

Tem a palavra o Sr. Marcos.

O SR. MARCOS VINÍCIUS – Sou Marcos Vinícius. Sou médico neurologista e me vejo em uma situação de impotência, como profissional da área de Saúde. Por quê?

Para vocês entenderem o trâmite, chegam, nos AMAs Especialidades, relatórios pedagógicos de crianças com déficit de atenção, hiperatividade, dislexia e, dentro dessa cadeia hierárquica, a família e o aluno são os menos ouvidos. E coloca-se em uma cadeia hierárquica vertical a figura do médico, como uma figura que vai ser resolutiva, intervencionista, diagnóstica e terapêutica, e é tudo uma mentira. Posso falar como neurologista. Estou falando por mim, não posso falar pela classe.

Isso porque a gente solicita eletroencefalograma, que gera custo. Solicita

tomografia, que gera custo. Solicita ressonância, que gera custo e 90% vem normal.

A gente reencaminha essas crianças novamente às escolas falando que elas são normais. Elas são normais, com certeza, mas a gente repassa o processo e a responsabilidade.

Na verdade, o que quero colocar aqui que esse projeto merece discussão, mas merece maior discussão, sim, a melhoria do diálogo intersetorial educação/saúde, onde a gente possa se reunir de forma multidisciplinar, discutir e entender melhor o processo.

Era isso que venho relatar aqui.

Muito obrigado.

A SRA. _____ - Realmente, é muito importante essa caminhada da educação e da saúde.

Vou falar pela educação. Respeito muito vocês, todas essa fala, mas quero considerar, aqui, o número excessivo de alunos que esse professor tem em sala de aula; a sua formação, que vem da universidade, e a falta da parceria dentro da Secretaria de Saúde, que não tem equipe multidisciplinar para fazer esse atendimento.

Então, é evidente que uma primeira tentativa de resolver determinado problema, e não temos só problema de aprendizagem. Temos alunos com deficiência severa frequentando salas de aula.

Hoje, no Plano Nacional de Educação, os pais conseguiram, sim, escola especializada em libras, para cego, para os deficientes. Então, muitas vezes, quando se busca esse diagnóstico na saúde, eles não estão estigmatizando essa criança. Não estão. Estão buscando um olhar diferente que, às vezes, ele não tem em sala de aula.

Então, isso precisa ser entendido pelos profissionais de Saúde, porque ninguém quer dopar a criança e medicalizar, ou deixar ela apática em uma sala de aula. É o contrário. A tentativa é para buscar o sucesso da aprendizagem.

Então, temos de buscar uma criação dentro dos postos de saúde e de unidades

educacionais, de equipe multidisciplinar, que possa atender, que possa ajudar, que possa diagnosticar e auxiliar o professor no trato com aquela criança na sala de aula.

Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Inclusive, recebemos do Conselho Regional de Fonoaudiologia um parecer contrário. E determinei que fosse anexado o parecer junto ao projeto e que fosse encaminhada uma cópia ao seu autor, para que ele pudesse se posicionar.

Então V.Exa., que é o relator, também pode buscar o diálogo com o Vereador.

Mais algum inscrito?

A SRA._____ - Boa tarde a todas e a todos. Sou professora da rede e concordo quando se fala que é preciso que a Saúde e Educação trabalhem um pouco junto. Às vezes, sinto-me muito sozinha na sala de aula, mas sou contra que todos os alunos tenham de fazer um exame para saber se são disléxicos ou não. Na verdade, você já está colocando que o aluno é um disléxico em potencial.

Então é complicado e isso gera também uma situação dentro da escola: ah, ele recebeu um encaminhamento e eu não recebi. Isso já gera outros tipos de problemas.

Como professora já me deparei com muitos alunos que ficavam olhando para a gente com cara de paisagem, porque estavam dopados, porque é TDAH, enfiam vitamina no aluno. Então precisamos tomar muito cuidado com isso, porque em muitos casos não é nenhum distúrbio, são problemas sociais, a família não está conseguindo dar conta, as salas são superlotadas. Já tive um aluno que andava com o caderno na mão. Ele andava pela sala fazendo a lição, mas nem por isso ele tinha TDAH, afinal ele só tinha uma família que mimava demais e deixava fazer tudo o que queria.

Então temos de tomar muito cuidado, até porque é mais uma demanda para a escola que não consegue atender suas próprias demandas. É só esse alerta. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

(NÃO IDENTIFICADO) - Na verdade, há uma questão importante com relação ao diagnóstico de dislexia e TDAH, primeiro que não existe critério diagnóstico. Acho que essa é uma coisa muito importante para ser colocada. Os critérios diagnósticos incorrem em um equívoco que, inclusive, o PL também incorre: propor o diagnóstico precoce de dislexia. Esse é um equívoco gravíssimo. Não existe diagnóstico precoce de dislexia. Se tomarmos os critérios da dislexia como critérios existentes, todos eles são parte do processo de aquisição do código da leitura e escrita. Incorrem em omissões, trocas, junções, segmentação equivocada e tudo isso faz parte do processo de alfabetização.

Então colocar crianças que estão no início da alfabetização para fazerem triagem, todas serão diagnosticadas. Costumamos fazer a seguinte brincadeira: se enchermos esta sala com 30 crianças, 15 com diagnóstico de dislexia e 15 sem o diagnóstico, mas com dificuldades no processo de aprendizagem, nem um especialista tem condições de dizer quem tem dislexia e quem não tem, porque parte do equívoco inicial de tomar os problemas de aprendizagem como sintomas de uma doença da criança. O que queremos falar é que projetos de lei que caminham nessa direção de propor que as dificuldades de aprendizagem existem, as crianças sofrem, a família sofre, o professor e a escola sofrem, a escola tem dificuldade de lidar com essas crianças, mas tomar isso como uma doença da criança, há uma série de pesquisas apontando que isso incorre em um equívoco de tomar os sintomas como próprios de uma doença, quando eles são próprios do processo de alfabetização.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Há mais um inscrito.

O SR. FLOREAL – Boa tarde a todos. Meu nome é Floreal, sou da Diretoria do Sinpeem. Em nome do Sinpeem venho trazer algumas questões, quero parabenizar a Mesa por abrir esse debate e dizer o seguinte: como pedagogo não tenho condições de dizer as propriedades que a área médica, da fonoaudiologia e psicologia estão apontando em relação ao projeto.

Enquanto educador, tenho algumas questões a dizer, assim como já foi dito, a grande dificuldade que se tem é com o aprendizado das crianças, e essas dificuldades estão inseridas na forma como está estruturada a Educação hoje, eu digo na condição não só de coordenador pedagógico da rede municipal de Educação, mas também como professor de educação infantil e ensino fundamental 1, que é o professor alfabetizador. Trabalho com alfabetização de adultos e crianças há 33 anos.

Hoje em dia o que atrapalha muito o processo de escolarização e alfabetização das crianças é ter de fazer levantamento da criança, se ela veio ou não; se vai ou não receber leite; se o pé dela é 31, 32 ou 33; o tamanho da camisa, o tamanho disso, o tamanho daquilo, o tamanho daquilo outro. E agora mais uma atividade sendo inserida na escola colocando o diagnóstico das crianças e não vou aqui refazer o debate, porque vários que me antecederam já o fizeram.

Uma questão bastante delicada em função desse projeto, o caminho de olhar para todo o acúmulo que esta Casa tem com outros projetos parecidos, já que se tem a gravação e as transcrições desses debates, dessas audiências, é resgatar esse material, buscar esse debate, trazer as posições e discutirmos se de fato é viável e necessário esse projeto para a Educação de São Paulo.

Particularmente, entendo que isso mais implica num novo componente que atrapalha o processo de alfabetização do que um componente que vai ajudar no processo de alfabetização. E é em função disso que trazemos esse debate e gostaríamos que a Casa visse com muita precisão e carinho, para que não se cometa mais um erro em cima dos vários que já estão sendo cometidos em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 72/11, de autoria do Vereador Souza Santos, do PSD.

Remeto para a próxima audiência pública, quarta-feira, às 13h, o PL 181/11, da Vereadora Noemi Nonato, PSB; PL 318/11, do Vereador Chico Macena, PT; PL 338/12, do

Vereador David Soares, PSD; PL 97/13, do Vereador Arselino Tatto, PT e PL 184/13, do Vereador Paulo Fiorilo, PT. Declaro encerradas essas audiências públicas.

Presentes os Vereadores Floriano Pesaro, Edir Sales, Jean Madeira, Ota e Toninho Vespoli.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes declaro abertos os trabalhos da 21ª reunião ordinária do ano de 2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Informo a realização de audiência pública no dia 18 de setembro, com início às 13h30, na Sala Tiradentes, 8º andar, dos seguintes projetos, além daqueles que já relatei: PL 572/09, do Vereador José Américo, PT; PL 724/09, do Vereador Alfredinho, PT; PL 95/11, do Vereador Floriano Pesaro, PSDB; 421/11, do Vereador Claudio Fonseca, PPS; PL 45/12, do Vereador Francisco Chagas, PT; PL 94/12, da Vereadora Noemi Nonato, PSB; PL 292/12, do Vereador Carlos Neder, PT; PL 293/12, do Vereador Carlos Neder, PT; PL 339/12, do Vereador David Soares, PSD; PL 455/12, do Vereador Oliveira, PSD; PL 463/12, Vereador Aurélio Miguel, PR; PL 490/12, Vereador Aurélio Miguel, PR; PL 542/12, do Vereador David Soares, PSD; PL 05/13, Vereador Wadih Mutran, PP; PL 18/13, Vereador Ari Friedenbach, PPS; PL 36/13, Vereador Ota, PSB; PL 37/13, Vereador Ari Friedenbach, PPS; PL 53/13, Vereadora Sandra Tadeu, DEM; PL 90/13, Vereador Jair Tatto, PT; PL 91/13, Vereador Jair Tatto, PT; PL119/13, Vereador Abou Anni, PV; PL 128/13, Vereador Ricardo Young, PPS; PL 139/13, Vereador Jair Tatto, PT; PL 175/13, Vereador Jean Madeira, PRB; PL 187/13, Vereador George Hato, PMDB; PL 200/13, Vereador Jean Madeira, PRB; PL 262/13, Vereadores Ricardo Nunes, Nelo Rodolfo, Calvo, George Hato, Alfredinho, Senival Moura, Paulo Fiorilo, José Américo, Arselino Tatto, Jair Tatto, Alessandro Guedes, Vavá, Reis, Juliana Cardoso, Adilson Amadeu, Paulo Frange, Conte Lopes, Marquito, Roberto Tripoli, Abou Anni, Dalton Silvano, Noemi Nonato, Ota, Edemilson Chaves, Wadih Mutran, Coronel Camilo, Marta Costa, Goulart,

Souza Santos, José Police Neto, Edir Sales, Marco Aurélio Cunha, David Soares, Ari Friedenbach, Ricardo Young, Claudinho de Souza, Patrícia Bezerra, Eduardo Tuma, Coronel Telhada, Andrea Matarazzo; Mario Covas Neto, Aurélio Nomura, Floriano Pesaro, Laércio Benko, Aurélio Miguel, Toninho Paiva, Jean Madeira e Atilio Francisco, fica criada a Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas e dá outras providências; PL 263, Vereador Paulo Fiorilo, PT; PL 375, Vereador Dalton Silvano, PV e PR 02/12, Vereador David Soares, PSD.

Todos estão convidados para essa audiência pública, na próxima quarta-feira, às 13h.

Dia 13 de setembro, com início às 19h, no CEU Casa Blanca, Rua João Damasceno, nº 85, Vila das Belezas, audiência pública para tratar da reorganização curricular da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo.

Dia 19 de setembro, com início às 19h, na Casa de Cultura Salvador Ligabue, nº 215, Largo da Matriz, Freguesia do Ó, para tratar da proposta do novo ciclo curricular da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo.

Dia 26 de setembro, com início às 19h, no CEU Butantã, Rua Engenheiro Antonio Eiras Garcia, 1700, Jardim Esmeralda, para tratar da proposta de novo ciclo curricular da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo.

Dia 30 de setembro, com início às 14h, no Salão Nobre João Brasil Vita, 8º andar, tendo como objeto o debate sobre a Universidade Aberta do Brasil.

Passemos aos itens da pauta.

- Justificativa de ausência do Vereador Orlando Silva.

A SRA. EDIR SALES – Sr. Presidente, solicito a V.Exa., se possível, uma inversão de pauta, para que possamos votar de início dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Os Vereadores que concordam com o requerimento de inversão de pauta ora formulado pela Vereadora Edir Sales, permaneçam como estão.
(Pausa) Aprovado.

A SRA. EDIR SALES – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma emenda no requerimento de V.Exa., para que haja um aprimoramento. Como consideramos o requerimento de alta relevância, para aprimorar, aperfeiçoar a abrangência da proposta, sugerimos à Mesa Diretora que proceda para incluir no atendimento em todos os serviços prestados na Câmara Municipal de São Paulo, o serviço de intérprete de libras nas sessões plenárias, solenes, reuniões de comissões permanentes, extraordinárias, CPIs, audiências públicas em geral e outras atividades do parlamento e de Vereadores, desde que solicitado previamente e haja a disponibilização desse serviço.

Por ser de competência da Comissão de Educação legislar sobre esse assunto, peço que seja incluído no requerimento de V.Exa. essa emenda.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, na audiência pública de anteontem, com o Secretário Callegari, tivemos um problema visível a todos: o tradutor de libras não estava devidamente preparado para a tradução. Quem conhece libras viu que estava com uma dificuldade imensa de fazer a tradução.

Havia lá um grupo de surdos, professores da rede municipal, das escolas especiais, e depois de uma conversa com eles tomamos a liberdade de conversar com o Presidente José Américo – eu e o Vereador Reis -, dissemos que se há na Casa um contrato para tradução de libras funcionando na TV Câmara, todas as terças, quartas e quintas, precisamos estender esse contrato para que possamos ter o tradutor de libras em todas as audiências públicas, algumas CPIs e mesmo em comissões.

O que ainda não é possível nas palavras do próprio Presidente é que você tem o tradutor de libras em todas as reuniões das comissões da Casa. Há uma lei que ampara a contratação, uma vez que é obrigatório quando há público presente o tradutor de libras.

Então temos de buscar essa equação, mas já temos garantido o tradutor de libras para a audiência pública de amanhã, fruto dessa conversa do Presidente Reis e minha junto ao Presidente da Casa, e há uma autorização expressa para que todas as audiências públicas

possam ser requisitadas a qualquer tempo, de segunda a sexta, um tradutor de libras através do cerimonial desta Casa.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

A SRA. EDIR SALES – Sr. Presidente, já que há uma conversa nesse sentido, mais um motivo para que V.Exa. aceite a nossa emenda, aditamento no caso. Principalmente por ter havido já uma conversa nesse sentido. Gostaria de oficializar essa conversa por escrito.

O SR. TONINHO VÉSPOLI – Sobre esse mesmo tema, com certeza a comunidade surda reclama nesta Casa por conta de que não tem o tradutor de Libras aqui há tempos e acho que isso não é responsabilidade só da atual legislação. Mas gostaria de colocar alguns aspectos daquele dia que achei, no mínimo, inconveniente. Na hora que o pessoal da comunidade surda cobrou do Secretário essa questão, porque eles não entendiam que o Secretário era convidado, ele jogou um pouco a responsabilidade em cima de quem estava organizando, quer dizer, da Comissão de Educação. Por sua vez, o Presidente da Comissão de Educação, que sempre tenho elogiado muito a sua forma democrática em todos os espaços que eu vou, mas naquele momento acho que de maneira inconveniente quis colocar a responsabilidade em cima desse Vereador que vos fala.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Peço desculpas a V.Exa., porque eu tinha o entendimento de que isso estava resolvido e chegou lá, houve um tumulto e a pessoa, até achei um pouco mal educada comigo, mas peço desculpas a V.Exa.

O SR. TONINHO VÉSPOLI – Eu acho que a gente tem que dar resposta ao que é fato. Na Casa não tem e nós, da Comissão de Educação, estamos tentando viabilizar que tenha e que não é culpa dessa legislatura, do Presidente da Casa neste momento, porque isso já vem se arrastando há algum tempo. Mas queria falar que concordo com a posição da Vereadora Edir Sales e também acho que para dar força e legitimidade maior, que o pedido fosse até em nome da Comissão de Educação, em nome de todos os Vereadores. Acho que isso legitimaria e daria mais força ao requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Está aceito o aditamento formulado pela Vereadora Edir Sales. Ele também diz que é audiências públicas externas. É isso?

A SRA. EDIR SALES – Também. Pode ser audiências externas também. Por enquanto nós fizemos aqui, mas posso mudar o requerimento. Tanto faz requerimento ou aditamento, eu posso acrescentar audiências públicas externas. Eu posso acrescentar. Em geral, onde houver público, como V.Exa. bem diz, que haja interprete de Libras.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A votos. Os Vereadores que concordarem com o Requerimento nº 17: “Requeiro à Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo a convocação, contratação em caso de necessidade dos serviços de interprete de Libras para toda e qualquer audiência pública que venha a ser promovida futuramente por esta Comissão”, juntamente com o texto lido aqui pela Vereadora Edir Sales, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

O SR. JEAN MADEIRA – Sr. Presidente, só para poder pedir aquela reunião temática em cima do PL 72/2011, do Vereador Souza Santos, já que houve bastante divergência. É o requerimento que faço verbalmente e depois vou enviar por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Por favor. O Vereador Jean Madeira está requerendo aqui que seja feita uma audiência pública temática para discutir o Projeto 72/2011, de autoria do Vereador Souza Santos. A votos. Em discussão. Não há oradores inscritos. Em votação. Os Vereadores que concordam com o requerimento formulado verbalmente pelo Vereador Jean Madeira permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo requerimento é o nº 18, que será lido.

- É lido o seguinte: (Requerimento nº 18)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Aqui queria aditar, Sr. Mário, que ao menos três escolas por DRE, em cada território da Diretoria Regional de Educação, para tanto requeiro a presença da TV Câmara São Paulo e dos demais Vereadores da Comissão para visitar essas escolas que aguardam reformas, que estão em condições precária e é importante que a Comissão de Educação vá *in loco* tomar conhecimento dessas escolas que aguardam por reforma.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. Em votação. Os Vereadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Não havendo mais requerimento, passemos aos itens da pauta.

Primeiro item é o PL 550/2007, de autoria do Vereador Toninho Paiva, do PR. Relatora é a Vereadora Edir Sales, do PSD, favorável. Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. Em votação. Os Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte, PL 116/2012, do Vereador Eliseu Gabriel, do PSB. Relator é o Vereador Ota, do PSB, favorável. Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. Em votação. Os Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte, PL 150/2012, de autoria do Vereador Eliseu Gabriel, do PSB. Relator é o Vereador Ota, do PSB, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. Em votação o parecer.

O SR. TONINHO VÉSPOLI – Sr. Presidente, queria pedir adiamento dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Está deferido o pedido de V.Exa.

Item seguinte, PL 409/2012, de autoria do Vereador José Américo, do PT. Relator é o Vereador Orlando Silva, do PC do B, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. Em votação o

parecer. Os Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa)
Aprovado.

Item seguinte, PL 410/2012, de autoria do Vereador José Américo, do PT. Relator é o Vereador Orlando Silva, do PC do B, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. Em votação o parecer. Os Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa)
Aprovado.

Item seguinte, PDL 32/2013, de autoria da Vereadora Noemi Nonato, do PSB. Relator é o Vereador Ota, do PSB, favorável. Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. Em votação o parecer. Os Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte, PDL 36/2013, de autoria do Vereador Ari Friedenbach, do PPS. Relator é o Vereador Ota, do PSB, favorável. Em discussão.

O SR. TONINHO VÉSPOLI – Sr. Presidente, queria colocar que tem quase um dossiezinho a respeito disso, mas fato recentes ocorridos no Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo, nos quais o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Sartori, estava envolvido, desde a desapropriação do Pinheirinho, como na intervenção na Cracolândia, coloca claro desrespeito aos direitos humanos praticado nessa duas intervenções. Não vou me estender muito para falar, mas vou ler isso que até problemas judiciais a respeito dessas questões. Os excessos foram tantos que os juristas reconhecidos como Fábio Konder Comparato, José Geraldo de Souza Júnior, entraram com denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e outro grupo de juristas entrou com pedido de instauração de processo no Conselho Nacional de Justiça contra o Dr. Sartori.

Então, neste momento me coloco totalmente contra essa honraria para esse cidadão. Pediria voto nominal para me posicionar a esse respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Encerrada a discussão. Em votação o parecer na forma nominal. Como votam os Srs. Vereadores?

A SRA. EDIR SALES – Voto o parecer com o relator, Vereador Ota, favorável.

O SR. FLORIANO PESARO – Com o relator, Vereador Ota.

O SR. JEAN MADEIRA – Favorável.

O SR. OTA – Favorável.

O SR. TONINHO VÉSPOLI – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Neste momento passo a presidência para o Vereador Floriano Pesaro para que possa proceder a minha votação.

- Assume a presidência o Sr. Floriano Pesaro

O SR. PRESIDENTE (Floriano Pesaro) – Como vota o Vereador Reis?

O SR. REIS – Favorável.

- Assume a presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Item seguinte, PL 249/2008, de autoria do Vereador José Américo do PT. Relator é o Vereador Orlando Silva, do PC do B, favorável. Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer. Os Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte, PL 33/2010, de autoria do Vereador Goulart, do PSD. Relator é o Vereador Ota, do PSB, favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana. Em discussão. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão. Em votação. Os Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte, PL 116/2010, de autoria do Vereador Eliseu Gabriel. Relator Vereador Ota, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte: PL 102/12, de autoria do Vereador Paulo Frange. Relator Vereador

Toninho Vespoli, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Item seguinte: PL 110/13, de autoria do Vereador Paulo Frange. Relator Vereador Ota, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Em discussão.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, solicito vistas do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vistas concedida ao nobre Vereador Toninho Vespoli.

Item seguinte: PL 144/13, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto. Relator Vereador Orlando Silva, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO - Sr. Presidente, solicito vistas do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vistas concedida ao nobre Vereador Floriano Pesaro.

Item seguinte: PL 145/13, de autoria do Vereador Jair Tatto. Relator Vereador Ota, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO - Sr. Presidente, solicito vistas do projeto por dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vistas concedida ao nobre Vereador Floriano Pesaro.

Item seguinte: PL 259/13, de autoria do nobre Vereador Alessandro Guedes. Relator Vereador Orlando Silva, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Em discussão.

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO - Sr. Presidente, apenas por curiosidade, essas coisas tem de registrar porque faz parte da história da política. Em certa ocasião, na Legislatura passada, o PSDB apresentou um projeto similar, que obrigava as escolas a divulgar a nota do

Ideb para seus alunos, pais, inclusive na própria escola. Aqui, naquele momento foi criticado pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Muito criticado. Expôs as escolas, especialmente da periferia que em geral teriam um desempenho que poderia ser pior em relação a outras escolas. Isso poderia criar uma discriminação dos pais não querer matricular naquela, porque o Ideb é menor, matricular na outra que o Ideb é melhor, enfim. A argumentação do Partido dos Trabalhadores geraria uma discriminação, eventualmente, contra diretores, professores e a própria escola e os alunos que ali estudam. Como somos a favor e hoje de manhã eu e o Presidente tivemos a oportunidade de debater esse assunto na TV Univesp, TV Cultura, reafirmava nosso intuito em relação a questão da avaliação de alunos, das escolas, de algo que o PSDB defende a tantos anos que é a questão da meritocracia, do desempenho, algo tão polêmico e tão pouco discutido. Mas veja, que aqui, para minha surpresa o nobre Vereador Alessandro Guedes do Partido dos Trabalhadores e o nobre Vereador Orlando Silva, do PC do B, são favoráveis a disponibilização pública das notas de cada uma das unidades escolares em relação à qualidade da educação. Ele não diz o que é. Qual a qualidade, pelo menos não aqui na ementa, possa ser que esteja discriminada no projeto, mas acredito que seja o Ideb.

O SR. TONINHO VESPOLI – Como V.Exa. falou que o PSDB colocou esse projeto, anteriormente, mas ele se referenciada só o Ideb ou a outros quesitos?

O SR. FLORIANO PESARO – Na época era só o Ideb. Imaginávamos o seguinte: já que há o Ideb, isso poderia fazer com que as escolas tivessem de fato, uma busca para a uma avaliação melhor, individualmente, cada uma das escolas. A contra argumentação foi justamente essa, de que isso criaria uma concorrência entre as escolas e a direção que poderia ser discriminatória. Retiramos o projeto, avaliamos que talvez não fosse o momento correto, mas para minha surpresa a bancada do Partido dos Trabalhadores foi a que mais combateu a ideia, naquele momento, e agora vejo que apresenta algo muito similar, o que para nós é ótimo, vamos caminhar na mesma direção.

O SR. TONINHO VESPOLI – Isso é meio polêmico. Se não me engano o projeto

trata de outros quesitos de avaliação, não é só o Ideb. Coloca também as condições, quantas as salas têm a escola. Qual a quantidade de alunos por salas de aula e para o professor. Coloca vários outros quesitos de avaliação que não é só Ideb. Fico muito preocupado, nessa questão e aí quero ressaltar a questão do nobre Vereador Alessandro Guedes como positivo nesses novos quesitos. Fico preocupado o quesito salubridade porque eu já apliquei provas no Ideb. Vemos como os jovens adolescentes aquela prova. Temos uma hora para aplicar a prova que o aluno não pode sair da sala de aula. Ele tem até três horas para fazer. Mais ou menos 50% dos alunos fazem aquela prova em dez minutos. Não leem as questões. Fazem “x” em qualquer lugar. A metodologia dessas provas de massa é questionável. O professor na sala de aula tem todas as condições, realmente o avanço do aluno enquanto a questão de conhecimento, a construção de conhecimento. Fico preocupado se a gente só colasse o Ideb, no sentido de que quando avaliar, não estou contra o que avaliamos nas salas de aula, ou as escolas, mas quais as metodologias que iremos usar para que faça isso. Não tenho mecanismo melhor que o professor que está todos os dias com seus alunos e consegue ter diagnóstico realmente cabal de devolução de seus alunos em sala de aula.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Parece-me, que inclusive o projeto está baseado na lei de acesso à informação.

Não há oradores inscritos. Encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis ao parecer permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Quero anunciar a presença do Vereador Toninho Farmacêutico de Vila Velha/Espírito Santo

Item seguinte: PL 355/13 de autoria do Vereador Laércio Benko. Relator Vereador Orlando Silva, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Não há mais itens na pauta. Passo a palavra ao Vereador Toninho Farmacêutico,

de Vila Velha, para uma breve saudação.

O SR. TONINHO FARMACÊUTICO – Cumprimento a todos os presentes, agradeço a acolhida que recebi em São Paulo. É muito bom participar de uma reunião como essa tão importante. Parabenizo o nobre Colega, Vereador Reis, dizer que esse tipo de ação é muito importante para a população e fico muito honrado de estar aqui hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradecemos a visita de V. Exa. muito obrigado. (Palmas).

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, antes de encerrar gostaria de solicitar a V.Exa. e a comissão que o programa que fizemos hoje, representa parte do debate, da discussão em relação a proposta apresentada anteontem pelo Secretário Cesar Calligari, o programa de quase meia hora. Acredito que V.Exa. e esse é o meu requerimento, poderia disponibilizar esse programa depois, que deve estar em algum momento público, em algum site, disponibilizar esse programa no site da Câmara Municipal de São Paulo, por solicitação da comissão de Educação. Um problema de debate de meia hora sobre a proposta apresentada pelo governo. Acredito ser um bom programa. Mas independente do que acho, vale a pena torná-lo público, de forma mais ampla como uma atividade parlamentar. Não fomos lá, por outro motivo, senão discutir, do ponto de vista Legislativo a proposta que o Governo enviará para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vamos pedir para colocar no site da Câmara Municipal de São Paulo e vamos combinar de passar aqui em uma reunião que não tiver muitos projetos, passar essa entrevista que foi muito boa.

Não havendo mais nada a tratar declaro encerrada a presente reunião. Estão encerrados nossos trabalhos.